

POLÍTICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO PARA A VIDA SOCIAL DOS CAMPONESES

Anita Helena Schlesener¹
Maria de Fátima Rodrigues Pereira²

RESUMO

Esse trabalho pretende retomar alguns aspectos da educação do campo a partir do projeto de pesquisa em andamento denominado Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: Diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos, com financiamento da CAPES e desenvolvido na Universidade Tuiuti do Paraná. Seu objetivo geral é analisar e avaliar a situação das escolas do campo dos 24 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil, tendo como base as escolas municipais localizadas no campo e os dados do INEP sobre o Censo Escolar e a Prova Brasil. O quadro teórico-metodológico que orienta esta leitura é o materialismo histórico a fim de compreender como, no conjunto das relações de forças que constituem o tecido social, se configuram os grupos sociais em presença. Para as classes trabalhadoras a escola possibilita o acesso aos mecanismos que viabilizam a formação inicial, dentro dos limites de uma instituição que tem a função de adaptar aos objetivos do modo de produção e de dominação capitalista. Para os camponeses, na grande variedade que caracteriza a realidade brasileira (indígenas, quilombolas e de origem europeia), a estrutura curricular e a organização do conhecimento transmitido na escola precisa valorizar as vida na terra, a cultura e a identidade sociocultural dos povos do campo. A Educação do Campo nasceu no movimento de luta pela terra, cujos participantes perceberam o vazio educacional e a importância de uma formação efetiva desses trabalhadores no curso da história pelas instituições públicas, respeitando os ciclos temporais da produção agrícola, os vínculos sociais e os interesses desses grupos, de seus vínculos culturais e políticos, principalmente a sua unificação em torno da reforma agrária e de um projeto popular. Dentro dessa perspectiva, busca-se refletir sobre os procedimentos para superar os limites da formação escolar no contexto das relações de hegemonia, para abrir a possibilidade de a escola mostrar a dimensão política da educação na prática cotidiana dos trabalhadores, a fim de desvelar as possibilidades de um novo pensamento presente na sua prática e na sua vida social.

Palavras-chave: Educação, educação do campo. Projeto Político Pedagógico.

1 Professora de filosofia política (aposentada) da UFPR; professora do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

2 Professora do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

INTRODUÇÃO

Possibilidade quer dizer liberdade. (...) Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante (GRAMSCI, 1978, p. 1337).

Esse trabalho pretende retomar alguns aspectos da educação do campo a partir do projeto de pesquisa em andamento, denominado Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: Diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos, com financiamento da Capes, Portaria n. 17952, auxílio 0824/2013. Os Observatórios de Educação foram instituídos em 2006, como parte de um conjunto de políticas públicas voltadas para a formação continuada de professores da educação básica, visando melhorar a qualidade do ensino. Entre os objetivos dos Observatórios: a produção acadêmica e a formação de profissionais em nível de pós-graduação, a integração e o diálogo dos cursos de pós-graduação com a escola básica visando a formação continuada de professores, fomentar a pesquisa em educação, analisar, divulgar e compartilhar conhecimentos sobre educação tendo como base de dados as pesquisas do INEP sobre a educação básica.

O citado projeto tem como objetivo “realizar um diagnóstico da educação do campo na região metropolitana de Curitiba (RMC), composta por 26 municípios, sendo 24 deles marcados por ruralidades” (Projeto Capes, n. 17952). Para efetuar o diagnóstico iniciou-se por analisar e avaliar a situação das escolas do campo dos 26 municípios que compõe a Região Metropolitana de Curitiba, a partir das bases de dados do INEP sobre o Censo Escolar e a Prova Brasil. Para tanto, a equipe de pesquisadores, constituída por professores, mestrandos e doutorandos da UTP e professores da educação básica participantes do projeto efetuou, ao longo dos anos de 2013 e 2014, levantamento junto as 226 escolas municipais e estaduais localizadas no campo, a fim de identificar a situação efetiva destas escolas e provocar o debate sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), visando “valorizar as relações de trabalho na terra, a cultura e a identidade sociocultural” e o que se denomina educação do campo.

A partir do levantamento de dados o projeto se propõe a potencializar ações no sentido de apropriação das bases da legislação e da literatura específica sobre educação do campo por parte dos participantes do projeto e dos professores envolvidos para, num segundo momento, encaminhar o debate sobre a formulação dos projetos político-pedagógicos coerentes com os interesses das comunidades locais. As atividades desenvolvidas para efetivar esta proposta envolvem trabalho de campo com entrevistas, organização de oficinas, cursos de extensão itinerante, formação dos professores para o trabalho integrado de alfabetização e letramento, para que a aprendizagem do código alfabético pela criança seja acompanhada da formação do hábito de leitura e escrita envolvendo as suas práticas sociais. A questão de fundo que envolve a pesquisa é a formação continuada dos professores e a valorização do profissional a partir da apropriação do conhecimento e da atividade autônoma que se inicia na construção do projeto político-pedagógico e continua na sala de aula, a fim de contribuir com a comunidade com uma leitura aprofundada do real e suas contradições.

O quadro teórico-metodológico que orienta esta leitura é o materialismo histórico a fim de compreender como, no contexto das relações de forças que constituem o conjunto social, se configuram os interesses dos grupos sociais em presença. As análises de dados visam a esclarecer o movimento histórico em toda a sua profundidade a partir da identificação das contradições no contexto da estrutura econômica, social, política e cultural capitalista. Nessa senda, explicita-se o conceito de educação pressuposto, bem como as relações de forças que caracterizam a realidade agrária do Brasil, fruto de uma história de consolidação do latifúndio e de políticas voltadas para a produção e exportação de alimentos.

O conceito de educação se delinea em duas perspectivas teóricas bem definidas: na sociedade capitalista a educação é entendida como um processo pelo qual o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção e é formado para desempenhar funções na hierarquia que separa dirigentes de dirigidos; da perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, a educação se apresenta como um dos momentos de formação das classes trabalhadoras visando a sua autonomia intelectual e emancipação política, questão que implica ter no horizonte um projeto alternativo de sociedade. A escola apresenta-se como um

dos aparatos de formação cultural e preparação para o trabalho, mas também com perspectivas de formação de consciência crítica. Para as classes trabalhadoras, a escola possibilita o acesso aos mecanismos que viabilizam a formação inicial, dentro dos limites de uma instituição que, no contexto das relações capitalistas de produção, tem a função de adaptar aos objetivos da estrutura econômica e social vigentes. A estrutura curricular e a organização do conhecimento transmitido na escola fazem com que a formação escolar não privilegie o saber popular, nem a relação entre teoria e prática, que interessam aos trabalhadores.

NOTAS ACERCA DA REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA

Do ponto de vista da história brasileira, os conflitos agrários foram recorrentes, a partir de uma estrutura econômica baseada na concentração da propriedade privada caracterizada por grandes extensões territoriais e sustentada por políticas públicas conservadoras que garantem legalmente no curso do tempo tanto a posse quanto a produção voltada para a monocultura e a exportação. Já em 1979 Caio Prado Jr. acentuava que:

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria (PRADO JR. 1981, p. 15).

Essa disparidade alarmante na distribuição da terra no Brasil se mantém ao longo das décadas e é um fato reconhecido pelo IBGE no dados comparativos dos Censos Agropecuários realizados entre 1985 e 2006: conforme os dados do Censo de 2006, “enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha ocupam menos de 2,7% da área total ocupada” por propriedades rurais, “nos três últimos Censos Agropecuários – 1985, 1995-1996 e 2006 –, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1 000 ha concentram mais de 43,0% da área total nestes anos” (BRASIL, 2006, p. 107).

Tal realidade gera uma situação de conflito latente resultante tanto da disputa e distribuição desigual da terra quanto pelos métodos e objetivos de produção que se definem a partir de cada uma das formas de ocupação territorial. A luta pela terra e os movimentos

pela reforma agrária que marcam a história brasileira tendem a recrudescer ante a ampliação das fronteiras agrícolas para o agronegócio, enquanto as ocupações e desapropriações conseguidas pelos movimentos populares continua a encontrar sérios obstáculos burocráticos e políticos. Em análise de dados efetuada por Angela Pires (2012, p. 21-2), evidencia-se que as pequenas propriedades "com menos de 10 hectares - representam 47% do contingente de estabelecimentos agrícolas no país, enquanto a área ocupada por eles é de apenas 2,7 % do total"; as propriedades "com menos de 100 hectares são cerca de 90 % do total, ocupando uma área em torno de 20 %"; as propriedades "com área maior ou igual a cem hectares representam apenas 9,6 % do total", mas ocupam "78,6 % da área dedicada a atividade" com "mais de mil hectares" correspondem a "0,9 % do total, mas ocupam 43 %" da área cultivável. Quando se diz mais de 1000 hectares, pode-se estar falando de propriedades com 2000 ou 3000 hectares, propriedades que se encontram nas regiões do Centro-Oeste e Norte do país. As propriedades até 2.000 hectares são consideradas médias propriedades e não ainda latifúndios. Estes ocupam extensões acima de 2.000 hectares, correspondendo a áreas maiores que alguns Estados Europeus.³

Se a ocupação territorial não se alterou muito no curso dos anos observados pelo IBGE, a forma de produção e de cultivo modificou-se significativamente: a produção intensiva a partir do agronegócio com a utilização de novas tecnologias em termos de máquinas e insumos, modificou tanto a forma de ocupação da terra quanto a exclusão dos camponeses que se veem obrigados a migrar para os centros urbanos.

O domínio político de oligarquias vinculadas à terra e à manutenção dessa estrutura desdobrou-se em políticas nacionais prevalentemente autoritárias, com breves experiências de democracia liberal, definindo o caminho de um capitalismo, que treme em suas bases sempre que se coloca em discussão a reforma agrária. Por outro lado, o movimento camponês se organiza de acordo com seus interesses por uma distribuição mais justa e equitativa da terra; as lutas camponesas tomam formas variadas de acordo com as circunstâncias históricas, apresentando-se ora como movimentos messiânicos, ora como guerrilha camponesa.

3 O Brasil possui uma extensão de 851 milhões de hectares, dos quais 37 % são ocupados por grandes propriedades ou latifúndios (IBGE – Censo Agropecuário de 2006).

A partir da década de 80, organizou-se o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) com o objetivo de unificar as lutas pela terra dos trabalhadores do campo e contrapor-se ao movimento de expansão do latifúndio a partir de um novo projeto societário com base em uma efetiva reforma agrária. O movimento se organizou e se fortaleceu ao longo dos anos a partir da luta política com um embasamento cultural, que implica a criação de escolas alternativas e inovadoras nos acampamentos de ocupação, com a formulação de uma nova proposta educativa no contexto da estrutura da escola pública.

Em outras palavras, as condições de luta pela terra se refletem no tratamento da educação do camponês e na nova concepção de educação que nasce destes movimentos: a “educação do campo”, se apresenta como um projeto alternativo de educação vinculado a um projeto político e societário; tem como principais teóricos e defensores autores como: Antonio Munarim; Mônica Molina, Isabel Antunes-Rocha, Célia Vendramini, Sônia Beltrame, Conceição Paludo, Maria Antônia de Souza, entre outros. A “educação do campo” nasceu como um movimento vinculado à luta pela terra, contrapondo-se ao tratamento tradicional da educação caracterizado na chamada “educação rural”, que não leva em consideração as características específicas dos povos do campo⁴ e exercita um ensino nos moldes dos centros urbanos.⁵ A luta pela terra, mais que uma luta política, passou a apresentar-se como uma luta pela formação efetiva desses trabalhadores sistematicamente abandonados no curso da história pelas instituições públicas, voltadas a formar para a vida urbana.

A mudança de estratégia política pelos movimentos de luta pela reforma agrária vincula-se à ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores, que gerou a expectativa de mudança de projeto de

4 Conforme dados do Projeto, os 24 municípios da Região metropolitana de Curitiba são marcados por ruralidades no que tange ao tipo de produção e às identidades socioculturais, haja vista que nos municípios existem comunidades indígenas, quilombolas, faxinalenses, assentados e pequenos produtores.

5 Conforme pesquisa realizada para a preparação do projeto, verificou-se entre os professores das escolas rurais a ausência de reflexão sobre a escola localizada no campo. Quando as discussões acontecem, tem como pressuposto a lógica administrativa e a racionalidade econômica, a partir das quais se tenta formar o consenso das comunidades em torno do fechamento das escolas ou para questões relacionadas ao transporte escolar. Pouquíssimos tem a compreensão de que os problemas das escolas rurais se vinculam visceralmente ao modo de produção capitalista e sua expansão no Brasil.

sociedade e de efetiva participação popular na construção do novo governo; porém, a partir das alianças políticas que foi construindo, o Partido redefiniu essas bases e se transformou, de um partido inovador enquanto expressão dos movimentos sociais, em um partido burguês adaptado à ordem do capital e implementador das políticas neoliberais.

A absorção dos dirigentes formados no movimento popular, enquanto estratégia das classes dominantes para consolidar sua hegemonia, funciona como desarticulador do movimento social e político em processo, paralisando o antagonista ou criando expectativas ilusórias a respeito das possibilidades de mudança econômica e social, ou seja, a cooptação do partido atua como desarticulador dos movimentos sociais e lança confusão e a desordem no campo adversário (GRAMSCI, 1978, Q. 13). Essa desarticulação se completa na medida em que, ao longo dos anos de governo, implementam-se políticas sociais meramente compensatórias, que não alteram as relações de poder instituídas, mas alimentam a ilusão de possibilidade de mudanças mais radicais. Essas estratégias de absorção dos intelectuais oriundos dos movimentos populares é denominada por Gramsci de transformismo.

Entretanto, como a realidade social é contraditória, esses mecanismos de inclusão social que, do ponto de vista das classes dominantes funcionam como instrumentos de assimilação das classes subalternas ao mundo do trabalho e do consumo, da perspectiva da luta de classes precisam ser desmistificados para que possam se constituir, ao longo da luta, em mecanismos de superação da subalternidade. Ainda da perspectiva de Gramsci, o esforço de superação das contradições e das relações de poder em presença passa pela apropriação do conhecimento historicamente produzido e pela formação de um novo modo de pensar e de viver alternativos, ou seja, de um trabalho efetivo de educação. A correlação de forças toma novas formas dentro dos próprios movimentos de luta pela terra, que assumem a tendência de ficar nos limites da institucionalidade a fim de garantir os espaços até agora conquistados, o que leva a uma mudança de estratégia política. Essa mudança privilegia a educação das classes trabalhadoras, mas também interfere na sua forma de organização: as escolas nascidas no interior dos movimentos de ocupação e nos assentamentos começam a ser institucionalizadas.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA PÚBLICA

O embate entre “educação rural” e o novo movimento de “educação do campo” evidencia as dificuldades dos trabalhadores do campo ante as novas formas de ocupação da terra para o desenvolvimento do capital e as novas formas de luta pela sobrevivência.⁶ A tendência neoliberal de racionalizar recursos tem levado os governos municipais a fecharem as pequenas escolas com número reduzido de alunos situadas em comunidades rurais, transferindo-as para outros núcleos e exigindo a locomoção diária de crianças em meios de transporte precários que, muitas vezes, põe em risco suas vidas. Ante essa realidade, os movimentos sociais se organizam não apenas para defender o direito legal, mas por uma nova escola que expresse um projeto social popular. Conforme Vendramini (2007, p. 123)

Uma importante e significativa mudança de teoria e de prática no que se refere à educação rural foi o movimento nacional desencadeado para a construção de uma escola do campo, vinculada ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Nesta orientação, foram realizadas diversas conferências estaduais e nacionais, sendo a primeira conferência nacional, “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998 e organizada pelo MST, CNBB, UNICEF e UNESCO.

Dessa iniciativa dos movimentos sociais nasceu a “educação do campo”, com o objetivo de uma educação vinculada aos interesses das comunidades camponesas, uma educação “dos” e não “para” os camponeses. Em sua origem, articula-se com os movimentos pela reforma agrária e com a organização dos assentamentos dos trabalhadores rurais sendo, assim, uma conquista dos movimentos populares.

Do ponto de vista de sua institucionalização, o marco inicial ocorreu com o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I Enerà), em 1997, vinculado ao MST, no qual o

6 Vendramini (2007, p. 122) acentua que, enquanto se inviabiliza a agricultura familiar, se fortalece o agronegócio em suas múltiplas formas: a produção de celulose por indústrias instaladas no Brasil exige a ocupação de grandes extensões de terra com eucalipto e pinus (260 mil hectares já plantados no Rio Grande do Sul, “com projeção para alcançar um milhão de hectares em 10 anos”), um reflorestamento que não apenas altera o cenário natural como gera desemprego e expulsa o trabalhador do campo.

debate sobre a “educação do campo” e o seu conceito se aprofunda. O fortalecimento do movimento ocorre em conferências e em novas parcerias que reuniram várias instituições da sociedade civil em torno do assunto levando o Ministério da Educação a criar, em 2004, uma Secretaria voltada ao assunto (SECAD) e, posteriormente, uma Coordenação Geral da Educação do Campo, a fim de pensar em políticas públicas voltadas ao tema.

Posteriormente, em 2015, de 21 a 25 de setembro, foi realizado em Luiziânia, Goiás o Segundo Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, ao final do qual foi redigido um Manifesto onde os compromissos foram assim novamente proclamados: “Somos educadoras e educadores de crianças, jovens, adultos e idosos de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária de todo o Brasil. Vinculamos nosso trabalho ao MST, uma organização de trabalhadores camponeses que há 31 anos luta pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações na sociedade brasileira” (MANIFESTO II ENERA, 2015).

Nessa direção, o Projeto Observatório da Educação denominado “Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: Diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos”, iniciado em 2013 na UTP, voltou-se a examinar a situação da Região Metropolitana de Curitiba, constituída em grande maioria por municípios com características rurais. Constatou-se que as condições de trabalho dos professores são precárias, em torno de 50% dos profissionais não possuem formação de nível superior, enfrentam a sobrecarga de trabalho e a falta de material didático adequado, dificuldades de locomoção e falta de infraestrutura que garanta um ensino de qualidade, além do fechamento e da nucleação de escolas.⁷

A necessidade de formação continuada e de conteúdo crítico encontra dificuldades diante da conjuntura atual, com problemas de enfrentamento político e de organização do movimento dos trabalhadores sem-terra ante as políticas públicas reformistas, compensatórias e conciliadoras, no contexto neoliberal, efetivadas pelo Partido dos Trabalhadores, que amplia suas alianças com os

7 A fonte de consulta que embasam nossa reflexão são os Relatórios de Atividades do Programa Observatório da Educação produzidos a partir das pesquisas de campo dos componentes do Projeto “Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: Diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos”, de 2013 e 2014.

ruralistas e com o agronegócio. A consolidação do projeto político dos trabalhadores rurais e do movimento dos trabalhadores sem terra se efetiva pelo embate com as forças ruralistas e na contraposição dos conceitos de educação do campo e de educação rural: se a primeira se enraíza na luta por um novo projeto societário constituindo-se em um novo paradigma pedagógico voltado para a emancipação dos trabalhadores, a segunda visa a favorecer a adaptação do homem ao meio rural a fim de mantê-lo no campo como mão-de-obra para o sistema agrário capitalista.

A possibilidade de ampliação e aprofundamento da educação do campo depende de como se desdobrarão as relações de forças e de como os movimentos sociais conseguirão, a curto prazo, avançar em seu projeto político, aproveitando as experiências até aqui efetuadas.

RESULTADOS PRELIMINARES DO PROJETO NO QUE SE REFERE AOS PPPs

O Projeto "Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: Diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos" orienta-se pela pesquisa-participante que pressupõe o contato direto do pesquisador com o fenômeno observado com vistas à sua descrição, tomada de consciência dos pesquisadores envolvidos e futuras intervenções na realidade; encontra-se em andamento e seus resultados estão sendo analisados e apresentados em relatórios parciais; não foi possível ainda atingir com igual intensidade a coleta de dados referentes às 226 escolas situadas no campo nos 24 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Nem sempre os gestores municipais se abrem às práticas investigativas, temem pelos resultados, ainda que o ethos da pesquisa seja muito mais o de solidariedade e compromisso com a superação das difíceis realidades presentes do que com a denúncia da má gestão e dos projetos históricos conservadores que a orienta.

Todavia, há que celebrar, no Projeto em andamento, a presença dos professores pesquisadores nos seminários de debates que ocorrem a cada 15 dias. Sistemáticamente nesses encontros procede-se ao desvelamento dos dados reais das escolas e seus contextos complexos, ao estudo teórico que ilumina a compreensão dos dados empíricos.

Paralelamente realizam-se cursos de formação de professores e gestores. Em três municípios - Tijucas do Sul, Araucária e Lapa - os trabalhos encontram-se mais avançados, o que pode ser atribuído ao fato de que nestes municípios foram produzidos respectivamente estudos em nível de mestrado e doutorado e a reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) conta hoje com os professores das respectivas redes, com a formação universitária.

Este fato é celebrado como uma conquista importante uma vez que os PPPs encontrados nas escolas seguem a Norma Instrutiva⁸ da Secretaria de Ensino do Estado do Paraná (de 2007 ou de 2010), ou seja, uma proposta política externa que determina o encaminhamento das práticas educativas sem o envolvimento e a conscientização dos professores. Interessa sobre maneira aos pesquisadores vinculados ao Projeto a reestruturação desses documentos como manifestação do que ensinar, como ensinar e a quem ensinar. Estas questões, numa realidade na qual a desapropriação e expropriação das frações da classe trabalhadora do acesso ao conhecimento é sistemática e permanente, tornam-se fundamentais para a construção de um novo projeto escolar que responda aos interesses dos trabalhadores do campo.

Esse trabalho implica uma tomada de posição e uma atuação constante para equilibrar as forças em luta no processo de formação dos subalternos: sorrateiramente, por meio dos assessoramentos de escritórios e empresas educacionais, penetram nas escolas agentes cujas finalidades não são a promoção das classes camponesas, mas a sua inclusão forçada aos ditames do capital. Cotidianamente os professores são assediados com materiais didáticos que defendem a agricultura capitalista, o uso de agrotóxicos ou mesmo de sementes transgênicas, bem como propõe princípios e valores do cooperativismo que, no contexto da ordem capitalista, sufoca os objetivos coletivos em nome do lucro e do enriquecimento.

O debate e o aprofundamento do conceito de educação do campo junto a estes professores visam a torná-los conscientes da necessidade de produzir o seu próprio Projeto Político Pedagógico de acordo com os interesses da comunidade da qual a escola faz parte. Produzir em cada escola o seu PPP é definir qual educação se quer e a possibilidade de se fazer um trabalho de resistência a todas as formas de expropriação, desde a material na luta pela terra, até a

8 <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao0072010sued.pdf>.

cultural, pela criação de elos comunitários que possibilitam esclarecer a identidade de classe.

Na medida em que a comunidade escolar se envolve no debate sobre suas necessidades, consegue reorganizar as condições de ensino de maneira que cada criança, cada adolescente que está nas escolas do campo tenha condições de apropriar conhecimentos universais, a partir da sua realidade concreta, de tal modo que possibilitem em sua vida as conquistas mais plenas da vida humana. Neste sentido, o Projeto “Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: Diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos” expande seu trabalho e seus pesquisadores encontram razões para além da mera pesquisa acadêmica, antes a realizam como socialmente relevante.

O relatório do segundo ano de desenvolvimento do projeto apresenta o levantamento resultante da pesquisa inicial e constata problemas estruturais de diferentes naturezas envolvendo as escolas, bem como um desconhecimento dos agentes educacionais e políticos da questão e dos debates em torno da educação do campo; identificam-se relações clientelistas na gestão pública, bem como concepções ideológicas conservadoras arraigadas em relação à educação do campo, fator que dificulta o debate e a proposição de mudanças.

Por outro lado, os professores das escolas do campo envolvidos na pesquisa sentem-se vivendo uma transição da fragmentação e do isolamento para a visão de totalidade e compartilhamento, que exige rever conceitos. A partir de grupos de estudo e seminários promovidos pelo projeto, desperta-se o hábito de leitura e de formação continuada, desconhecido por professores alimentados pela fragilidade dos livros didáticos. A participação de professores destas escolas em reuniões na Universidade e no próprio encaminhamento do Projeto também auxilia o desenvolvimento da pesquisa e a enriquece com análises e contribuições relevantes sobre a realidade das escolas rurais.

Os resultados parciais mostram que o projeto se constitui em revelador das necessidades da comunidade e da escola e, por meio da interrelação com outras realidades com as mesmas necessidades, reúnem forças para efetivar mudanças e criar novas expectativas de trabalho. Para os alunos de pedagogia envolvidos no projeto, este permitiu o contato e o conhecimento da realidade das escolas do campo tanto em sua estrutura quanto em suas práticas pedagógicas

que, aliado ao seu envolvimento no processo de pesquisa, possibilita futuras escolhas de trabalho e de comportamento social comprometido com a construção coletiva. Em linhas gerais, as ações do projeto geram novas demandas por políticas públicas locais voltadas para a educação do campo.

CONCLUSÃO

Apesar de a estrutura fundiária brasileira conservar ainda a forma que assumiu no curso dos séculos e manter ainda uma crescente concentração fundiária, a luta pela reforma agrária no Brasil tem tomado novas configurações com a atuação do MST e da Via Campesina, com algumas conquistas no confronto com a expansão agrícola do agronegócio; a formação do conceito de educação do campo e a experiência de uma educação escolar alternativa a partir dos assentamentos tornou-se um instrumento importante para a formação da identidade das comunidades camponesas. Neste contexto, os encontros nacionais de educadores (ENERA) e o envolvimento das universidades a partir de Projetos de educação, com abordagens teóricas diversificadas que atuam no sentido de buscar uma educação alternativa e de qualidade para o trabalhador do campo. Desta forma, o conceito educação do campo vai sendo produzido a partir de uma prática coletiva que agrega os movimentos sociais e as instituições públicas de educação. Esta prática revela uma realidade desconhecida dos intelectuais que atuam nas universidades e dos professores que atuam nas escolas urbanas e, na medida do desenvolvimento de Projetos de Educação que articulam as universidades com as escolas estaduais e municipais, esta realidade vem sendo conhecida e valorizada.

Os debates sobre a Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba, oportunizados pelo Projeto a partir da organização de Seminários e Eventos nas escolas rurais tem provocado a revisão dos PPPs e os Relatórios apontam resultados significativos de superação de conceitos e práticas ligados ao ruralismo pedagógico. Ao se explicitar a noção de educação do campo nas práticas coletivas, evidenciam-se os limites da educação rural e se redefinem as formas de enfrentamento de conflitos sociais gerados pela migração do campo para a cidade com ações voltadas para a valorização da vida dos trabalhadores do campo.

POLITICS AND EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE: THE TRAINING PROCESS FOR PEASANTS SOCIAL LIFE

ABSTRACT

This work intends to resume some aspects of rural education from the research project in progress named Rural Education in the Metropolitan Region of Curitiba: Diagnosis, Curriculum Guidelines and Restructuring of political-pedagogical projects, with CAPES funding and developed at the University Tuiuti Paraná. Its overall objective is "a diagnosis of rural education in the metropolitan region of Curitiba (MRC) composed of 26 cities, 24 of them marked by ruralities" (Capes Project, n. 17952). The theoretical and methodological framework to guide this reading is the historical materialism to understand how, in all the relations of forces that make up the social plot, are configured the social groups involved. For the working classes the school provides access to the mechanisms that enable the initial training within the limits of an institution that has the function to adapt to the objectives of production and capitalist domination mode. For the peasants, the variety that characterizes the Brazilian reality (indigenous, quilombolas and of European origin), the curricular structure and organization of the knowledge taught in the school needs to value the life on land, culture and social-cultural identity of the rural people. The Rural Education was born in the groups that struggle for land, whose participants realized the educational void and the importance of effective training of these workers in the course of history by public institutions, respecting the temporal cycles of agricultural production, social entails and the interests of these groups, their cultural and political ties, especially its unification around land reform and a popular project. Within this perspective, we seek to reflect on the procedures to overcome the limits of school education in the context of hegemony relations, so as to enable the school to show the political dimension of education in the daily practice of workers, in order to unveil the possibilities of a new thinking present in his practice and in his social life.

Keywords: Education. Rural education. Political Pedagogical Project.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IBGE, Censo Agropecuário de 2006 (a estrutura fundiária – comentários) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf, consultado em 21/11/2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução Passiva e modos de vida*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2012.

Política e... - Anita H. Schlesener e Maria de Fátima R. Pereira

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.

LIBERATO, Ana Paula G. *Reforma Agrária: Direito Humano Fundamental*. Curitiba: Juruá, 2003.

PIRES, Angela Monteiro. *Educação do Campo como Direito Humano*. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (3ª. Ed.).

VENDRAMINI, Celia Regina. *Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo*. Cad. Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, 2007, pp. 121-135.

Aprovado em julho de 2015
Publicado em dezembro de 2015